



IBERSOL – SGPS, SA

Sociedade Aberta

Sede: Praça do Bom Sucesso, 105/159, 9º andar, Porto

Capital social: 30.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal
501669477

Relatório e Contas - 1º TRIMESTRE 2018 **(não auditadas)**

- **Volume de Negócios consolidado de 100,3 milhões de euros**
Crescimento de 6,3% face ao 1º trimestre de 2017
- **EBITDA consolidado de 11,1 milhões de euros.**
Crescimento de 6,0% face ao 1º trimestre de 2017
- **Resultado líquido consolidado de 3,5 milhões euros**
Crescimento de 70,3% face ao 1º trimestre de 2017

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

Actividade

A evolução positiva do mercado da restauração na Península Ibérica, conjugado com os efeitos das aberturas ocorridas ao longo de 2017 contribuíram para a manutenção da tendência de crescimento da actividade durante o período e minimizar o impacto da redução do volume de negócios em Angola, provocada pela acentuada desvalorização cambial e pelo decréscimo no consumo.

O volume de negócios consolidado que ascendeu a 100,3 milhões de euros, compara com 94,3 milhões de euros no período homólogo.

Beneficiando da antecipação da Páscoa, o efeito calendário neste trimestre que se estima em cerca de 2% contribuiu para que as vendas de restauração do Grupo, ascendessem a 98,5 milhões de euros registando um crescimento de 6,3%.

Vendas Restauração	1º Trim 2018	
	Milhões de euros	Var 18/17
Restaurantes	24,43	9,4%
Balcões	47,23	5,2%
Concessões e Catering	26,81	5,7%
Vendas Restauração	98,47	6,3%

Todos os segmentos apresentam uma evolução positiva com crescimentos no mesmo universo e ganhos de quota de mercado.

Beneficiando de um contexto mais favorável, o segmento de Restaurantes cresceu mais do que o mercado, com especial destaque para o desempenho da Pizza Hut.

No segmento de balcões, as marcas que operamos na Península Ibérica, mantiveram a tendência positiva evidenciada no ano anterior com ganhos de quota de mercado e com taxas de crescimento influenciadas por um maior número de unidades em operação. Mesmo incluindo a actividade da KFC em Angola, este segmento regista crescimentos de 5,2%.

Os negócios agrupados em “Concessões e Catering” continuam a beneficiar do aumento do tráfego verificado nos espaços concessionados, registando crescimento face ao período homólogo.

Durante o trimestre, encerramos 6 unidades, 4 das quais franquizadas, dando continuidade ao processo de avaliação da rede em Espanha. O encerramento da unidade da KFC em Portugal, resultou da opção da não renovação do contrato de arrendamento e optou-se pelo encerramento de uma unidade da Pans em Espanha.

Dando seguimento à estratégia de expansão em novas concessões, concretizou-se a abertura da primeira unidade no aeroporto de Barajas, em Madrid e da abertura de três novos restaurantes,

das marcas PH e KFC em Portugal e uma Pans em Espanha. Adicionalmente, concretizaram-se as aberturas de dois restaurantes franquizados em Espanha das marcas Pans e Ribs.

No final do trimestre, o número total de unidades era de 646 (504 próprias e 142 franquizadas), conforme se passa a explicitar:

Nº Unidades	2017	2018			2018
	31-Dec	Aberturas	Transf	Encerramentos	31-Mar
PORTUGAL	316	2		1	317
Próprias	315	2		1	316
Pizza Hut	91	1			92
Okito+MIT	4				4
Pans+Roulotte	46				46
Burger King	77				77
KFC	22	1		1	22
Pasta Caffé	9				9
Quisques	8				8
Calzarias	27				27
Catering	7				7
Concessões e Outros	24				24
Franquizadas	1				1
ESPAÑA	312	4		5	311
Próprias	177	2	0	1	178
Pizza Mail	31				31
Pizza Hut	3				3
Burger King	33				33
Pans	35	1		1	35
Ribs	9				9
Fresco	3				3
Concessões	63	1			64
Franquizadas	135	2		4	133
Pizza Mail	16				16
Pans	58	1		1	58
Ribs	28	1		1	28
Fresco	8			1	7
SantaMaria	25	1			24
ANGOLA	10				10
KFC	9				9
Pizza Hut	1				1
Outras Localizações Franquizadas	8			0	8
Pans Itália	8				8
Total Próprias	502	4	0	2	504
Total Franquizadas	144	2	0	4	142
TOTAL	646	6	0	6	646

Resultados

O resultado líquido consolidado no final do primeiro trimestre atingiu o valor de 3,5 milhões de euros. Excluindo o efeito da aplicação do IAS29, o resultado líquido seria de 2,9 milhões de euros, 0,9 milhões de euros superior ao período homólogo de 2017, que se traduz num crescimento de 42,3%.

A **margem bruta** registada foi de 77,2% do volume de negócios, mais 0,2p.p do que ano anterior (1ºTrimestre 17: 77,0%), evidenciando a manutenção dos níveis de agressividade promocional que se têm verificado neste mercado.

Ao nível da restante estrutura de custos, que têm vindo a registar uma pressão no sentido do seu aumento, foi possível assegurar crescimentos inferiores ao do volume de negócios, tendo reduzido o peso das rubricas de pessoal e FSEs:

Incluindo o efeito do aumento do salário mínimo, os **custos com pessoal** aumentaram 5,6%, tendo o peso desta rubrica reduzido para 33,2% do volume de negócios (33,4% em 2017).

Os custos em **FSEs (Fornecimentos e Serviços Externos)** cresceram 5,4%, passando a representar 33,6% do volume de negócios, menos 0,3 p.p. do que no período homólogo de 2017.

Os **outros proveitos operacionais** registaram um crescimento de 3,9%. Os **outros custos operacionais**, registaram um aumento de 0,8 milhões, maioritariamente decorrente das diferenças de câmbio registadas na subsidiária angolana no primeiro trimestre de 2018, por desvalorização do AKZ face às moedas estrangeiras em que estão denominados alguns passivos (EUR) e indexados alguns ativos de cobertura (USD).

Consequentemente, o **EBITDA** ascendeu a 11,1 milhões de euros, representando um aumento de 6,0% face a igual período do ano anterior. A actividade em Angola foi profundamente afectada pela desvalorização do AKZ em cerca de 40%, apenas repercutida em 15% nos preços de venda, com importante reflexo no Ebitda.

A margem EBITDA foi de 11,1% do volume de negócios ao mesmo nível do primeiro trimestre de 2017.

A margem **EBIT** consolidada passou de 4,0% no primeiro trimestre de 2017 para 4,8% no primeiro trimestre de 2018, correspondendo a um resultado operacional no valor de 4,8 milhões de euros.

Os **resultados financeiros** consolidados foram negativos em 0,8 milhões de euros, cerca de 0,5 milhões de euros inferiores aos do 1º trimestre de 2017, em parte provocada pela conversão em Euros dos custos financeiros na subsidiária Angolana associados a financiamentos em moeda local.

O custo médio dos financiamentos no 1º trimestre de 2018 foi de 1,9%, substancialmente inferior ao verificado no 1º trimestre de 2017, consequência da diluição do peso do endividamento em Angola.

Situação Financeira

O Activo Total ascendeu a cerca de 433 milhões de euros e o Capital Próprio situou-se em 188 milhões de euros, representando cerca de 44% do Activo.

O investimento total ascendeu a 3,3 milhões de euros. Cerca de metade, representa o investimento incorrido na concretização das novas unidades e o restante na remodelação e reconversão de alguns restaurantes.

O endividamento remunerado líquido em 31 de Março de 2018 ascendia a 73,3 milhões de euros, 9,7 milhões de euros inferior, ao valor registado no final de 2017.

Acções Próprias

Durante o primeiro trimestre de 2018 não foram efectuadas transacções de acções próprias. Em 31 de Março a sociedade detinha 2.999.938 acções próprias, correspondentes a uma participação de 9,9998% do capital, por um valor global de aquisição de 11.179.969 euros a um preço médio por acção de 3,73€.

Perspectivas

Em Portugal prevê-se a atenuação da tendência de crescimento de vendas dos últimos períodos, enquanto em Espanha a evolução será mais moderada.

Na semana transacta ocorreu o leilão para a atribuição dos restaurantes no aeroporto de Málaga, no qual as propostas que efectuámos permitiram-nos ficar bem posicionados para obter uma quota de cerca de 24% - cerca do dobro da actual- nos termos da " nota publicación resultado subasta" constante da página web da Aena, embora não tenha ainda sido efectuada a comunicação oficial de adjudicação. Conforme previsto ocorreu no início de Maio a transição das operações dos restaurantes do aeroporto de Barcelona que deixamos de operar.

Em Angola, poderá manter-se a desvalorização deslizando do AKZ que determinará um acréscimo geral de preços, de que resultará provavelmente uma diminuição do consumo com a inerente queda das transações e a incapacidade de aumentar os preços ao ritmo da desvalorização, pelo que a rentabilidade das nossas operações continuará a reduzir fortemente.

Ao nível de aberturas, procuraremos manter a cadência do plano de expansão dos anos transatos.

Recentemente foi anunciado um acordo entre a Pizza Hut e a Telepizza, nos termos do qual a Pizza Hut cederá aquela sociedade os direitos inerentes a uma master franquía na Península Ibérica e em toda a América Latina e América do Sul, com excepção do Brasil, pelo que a Ibersol passará a relacionar-se directamente com a Telepizza e apenas indirectamente com a Pizza Hut.

A Ibersol manterá a operação dos actuais restaurantes nos termos contratados e terá de acordar com a Telepizza o desenvolvimento futuro de novas localizações e as renovações dos contratos, quando ocorrerem.

O negócio está ainda dependente de aprovações de diferentes autoridades. Apesar desse facto estamos em negociações com a Telepizza para definir o quadro de relacionamento futuro.

Porto, 4 de Junho de 2018

António Carlos Vaz Pinto de Sousa

António Alberto Guerra Leal Teixeira

Juan Carlos Vázquez-Dodero

Declaração de Conformidade

Declaração de conformidade a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Em cumprimento da alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários cada um dos membros do órgão de administração abaixo identificados declaram que tanto quanto é do seu conhecimento:

- (i) As demonstrações financeiras condensadas, referentes ao primeiro trimestre de 2018, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Ibersol SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e
- (ii) o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no período, a evolução dos negócios do desempenho e da posição do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

António Carlos Vaz Pinto Sousa
António Alberto Guerra Leal Teixeira
Juan Carlos Vázquez-Dodero

Presidente do Conselho de Administração
Vice-Presidente do Conselho de Administração
Vogal do Conselho de Administração

Ibersol S.G.P.S., S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Março de 2018

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(valores em euros)

ACTIVO	Notas	31/03/2018	31/12/2017
Não corrente			
Activos Fixos Tangíveis	7	191 642 512	197 972 217
Goodwill	8	92 862 786	92 862 786
Activos Intangíveis	8	34 223 382	35 115 966
Impostos diferidos activos		7 164 372	7 164 371
Investimentos financeiros - empreendimentos conjuntos		2 411 447	2 420 386
Activos financeiros disponíveis para venda		238 133	233 108
Outros activos financeiros	14	15 475 314	17 823 906
Outros activos não correntes	15	6 573 977	6 335 385
Total de activos não correntes		350 591 923	359 928 125
Corrente			
Existências		10 518 825	12 089 907
Caixa e depósitos bancários		40 472 095	34 902 883
Imposto s/ rendimento a recuperar		2 921 468	5 046 070
Outros activos financeiros	14	6 733 930	5 162 755
Outros activos correntes	15	21 605 583	19 823 562
Total de activos correntes		82 251 901	77 025 177
Total do Activo		432 843 824	436 953 302
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital			
Capital Social	9	30 000 000	30 000 000
Acções próprias		-11 179 969	-11 179 969
Reservas de conversão cambial		-5 058 955	-2 012 886
Outras reservas e resultados transitados		171 089 604	140 240 143
Resultado líquido do exercício		3 477 815	30 849 460
		188 328 495	187 896 748
Interesses que não controlam		294 623	723 445
Total do Capital Próprio		188 623 118	188 620 193
PASSIVO			
Não corrente			
Empréstimos		100 228 048	107 687 759
Impostos diferidos passivos		16 411 136	16 296 869
Provisões		4 489 724	4 489 724
Instrumentos financeiros derivados		235 455	235 455
Outros passivos não correntes		171 980	179 192
Total de passivos não correntes		121 536 343	128 888 999
Corrente			
Empréstimos		35 827 120	33 326 982
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos		68 353 883	67 522 339
Imposto s/ rendimento a pagar		1 020 049	324 744
Outros passivos correntes	15	17 483 311	18 270 045
Total de passivos correntes		122 684 363	119 444 110
Total do Passivo		244 220 706	248 333 109
Total do Capital Próprio e Passivo		432 843 824	436 953 302

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO de 2018 E 2017
(valores em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Proveitos operacionais			
Vendas	5	98 837 401	93 004 437
Prestações de serviços	5	1 448 376	1 318 623
Outros proveitos operacionais	6	2 120 201	2 041 341
Total de proveitos operacionais		<u>102 405 978</u>	<u>96 364 401</u>
Custos Operacionais			
Custo das vendas		22 833 048	21 688 285
Fornecimentos e serviços externos		33 669 544	31 958 224
Custos com o pessoal		33 282 851	31 531 510
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade de AFT e AI	7 e 8	6 288 833	6 679 846
Outros custos operacionais		1 531 106	720 462
Total de custos operacionais		<u>97 605 382</u>	<u>92 578 327</u>
Resultados Operacionais		<u>4 800 596</u>	<u>3 786 074</u>
Custo de Financiamento líquido	16	838 962	1 293 929
Ganhos (perdas) em empreend.conjuntos - MEP		-8 939	5 365
Ganhos (perdas) na posição monetária Líquida	7 e 8	575 659	-
Resultados antes de impostos		<u>4 528 354</u>	<u>2 497 510</u>
Imposto sobre o rendimento	17	1 034 714	446 246
Resultado líquido consolidado		<u>3 493 640</u>	<u>2 051 264</u>
Outro rendimento integral:			
Varição da reserva de conversão cambial (líquida de imposto e passível de ser reciclada por resultados)		-3 046 069	-45 702
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO		<u>447 571</u>	<u>2 005 562</u>
Resultado líquido consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		3 477 815	1 997 246
Interesses que não controlam		15 825	54 018
		<u>3 493 640</u>	<u>2 051 264</u>
Rendimento integral consolidado atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		431 746	1 951 544
Interesses que não controlam		15 825	54 018
		<u>447 571</u>	<u>2 005 562</u>
Resultado por acção:			
Básico	9	<u>0,13</u>	<u>0,07</u>
Diluído		<u>0,13</u>	<u>0,07</u>

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas das alterações no Capital Próprio
para os períodos de três meses findos em 31 de Março de 2018 e 2017
(valores em euros)

Nota	Atribuível a detentores do capital						Interesses que não Controlam	Total Capital Próprio
	Capital Social	Acções Próprias	Reservas de conversão cambial	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	24 000 000	-11 179 348	-2 002 180	117 522 486	23 387 471	151 728 428	333 399	152 061 827
Alterações do período:								
Aplicação do resultado consolidado de 2016:								
Transferência para reservas e resultados transitados				23 387 471	-23 387 471	-		-
Reservas de conversão - Angola			-45 702			-45 702		-45 702
Resultado consolidado do período de três meses findos em 31 de Março de 2017					1 997 246	1 997 246	54 018	2 051 264
Total alterações do período	-	-	-45 702	23 387 471	-21 390 225	1 951 544	54 018	2 005 562
Resultado líquido consolidado					1 997 246	1 997 246	54 018	2 051 264
Rendimento consolidado integral						1 951 544	54 018	2 005 562
Operações com detentores de capital no período								
Aplicação do resultado consolidado de 2016:								
Dividendos distribuídos						-		-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Março de 2017	24 000 000	-11 179 348	-2 047 882	140 909 956	1 997 246	153 679 971	387 417	154 067 389
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	30 000 000	-11 179 969	-2 012 886	140 240 143	30 849 460	187 896 748	723 445	188 620 193
Alterações do período:								
Aplicação do resultado consolidado de 2017:								
Transferência para reservas e resultados transitados				30 849 460	-30 849 460	-		-
Reservas de conversão - Angola			-3 046 069			-3 046 069		-3 046 069
Resultado consolidado do período de três meses findos em 31 de Março de 2018					3 477 815	3 477 815	15 825	3 493 640
Total alterações do período	-	-	-3 046 069	30 849 460	-27 371 645	431 746	15 825	447 571
Resultado líquido consolidado					3 477 815	3 477 815	15 825	3 493 640
Rendimento consolidado integral						431 746	15 825	447 571
Operações com detentores de capital no período								
Aplicação do resultado consolidado de 2017:								
Dividendos distribuídos						-	-444 647	-444 647
	-	-	-	-	-	-	-444 647	-444 647
Saldo em 31 de Março de 2018	30 000 000	-11 179 969	-5 058 955	171 089 602	3 477 815	188 328 494	294 623	188 623 117

O Conselho de Administração,

IBERSOL S.G.P.S., S.A.
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
Para os períodos de três meses findos em 31 de Março de 2018 e 2017
(valores em euros)

	Nota	Períodos de três meses findos em 31 de Março	
		2018	2017
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		98 605 782	95 113 198
Pagamentos a fornecedores		-57 474 706	-58 178 876
Pagamentos ao pessoal		-24 777 618	-23 762 185
Pagamentos/recebimento imposto s/ rendimento		2 114 429	-35 910
Outros receb/pagam. rel. à activ.operacional		-4 389 117	-5 709 535
Fluxos das actividades operacionais (1)		14 078 770	7 426 692
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		204 944	4 180
Activos fixos tangíveis			2 778
Activos intangíveis			
Subsídios de Investimento			
Juros recebidos		295 175	227 493
Dividendos recebidos			
Outros activos financeiros			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		36 229	20 225
Outros activos financeiros		777 417	552 061
Activos fixos tangíveis		5 242 980	10 727 617
Activos intangíveis		307 177	432 763
Empréstimos a accionistas			
Fluxos das actividades de investimento (2)		-5 863 684	-11 498 215
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2 496 815	2 000 000
Venda de acções próprias			
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		3 179 065	6 796 069
Amortizações de contratos locação financeira			38 527
Juros e custos similares		980 205	1 129 228
Dividendos pagos		444 647	
Aquisição de acções próprias			
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-2 107 102	-5 963 824
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		6 107 984	-10 035 347
Efeito da variação perímetro			
Efeito das diferenças de cambio		-1 052 514	-38 448
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		34 882 539	37 782 889
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		39 938 009	27 709 094

O Conselho de Administração,

IBERSOL SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO DE TRES MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A IBERSOL, SGPS, SA (“Empresa” ou “Ibersol”), tem sede na Praça do Bom Sucesso, Edifício Península n.º 105 a 159 – 9º, 4150-146 Porto, Portugal, e as suas subsidiárias (conjuntamente, o Grupo), exploram uma rede de 646 unidades no ramo da restauração através das marcas Pizza Hut, Pasta Caffé, Pans & Company, Ribs, FrescCo, SantaMaría, Kentucky Fried Chicken, Burger King, O’ Kilo, Roulotte, Quiosques, Pizza Móvil, Miiit, Sol, Sugestões e Opções, Silva Carvalho Catering e Palace Catering, cafetarias e outras concessões. O Grupo possui 504 unidades de exploração própria e 142 em regime de franquia. Deste universo, 311 estão sediadas em Espanha, repartindo-se por 178 estabelecimentos próprios e 133 franquizados, e 10 em Angola.

A Empresa é uma sociedade anónima e está cotada na Euronext de Lisboa.

A Empresa-mãe da Ibersol SGPS é a sociedade ATPS – SGPS, S.A..

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e em vigor em 01 de Janeiro de 2018, em particular com a Norma Internacional n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, alterado para o justo valor no caso dos instrumentos financeiros derivados.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Março de 2018 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 Março e 31 de Dezembro de 2017.

3. ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS IMPORTANTES E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras requer estimativas e julgamentos da gestão. As estimativas e julgamentos adoptadas a 31 de Dezembro de 2017 não foram substancialmente diferentes dos valores que se efectivaram no período findo em 31 de Março de 2018.

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

4.1. As empresas do Grupo incluídas na consolidação em 31 de Março de 2018 e 31 Março e 31 de Dezembro de 2017 são as seguintes:

Firma	Sede	% Participação		
		mar/18	dez/17	mar/17
Empresa mãe				
Ibersol SGPS, S.A.	Porto	mãe	mãe	mãe
Empresas filiais				
Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ibersol Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ibersande Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Ibersol Madeira e Açores Restauração, S.A.	Funchal	100%	100%	100%
Ibersol - Hotelaria e Turismo, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Iberking Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Iberaki Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Restmon Portugal, Lda	Porto	61%	61%	61%
Vidisco, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Inverpeninsular, S.L.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
(d) Ibergourmet Produtos Alimentares, S.A.	Porto	-	-	100%
Ferro & Ferro, Lda.	Porto	100%	100%	100%
Asurebi SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Charlotte Develops, SL	Madrid-Espanha	100%	100%	100%
Firmoven Restauração, S.A.	Porto	100%	100%	100%
IBR - Sociedade Imobiliária, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Eggon SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Anatir SGPS, S.A.	Porto	100%	100%	100%
Lurca, SA	Madrid-Espanha	100%	100%	100%
Sugestões e Opções-Actividades Turísticas, S.A	Porto	100%	100%	100%
Resboavista- Restauração Internacional, Lda	Porto	100%	100%	100%
José Silva Carvalho Catering, S.A	Porto	100%	100%	100%
(a) Iberusa Central de Compras para Restauração ACE	Porto	100%	100%	100%
(b) Vidisco, Pasta Café Union Temporal de Empresas	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
Maestro - Serviços de Gestão Hoteleira, S.A.	Porto	100%	100%	100%
SEC - Eventos e Catering, S.A.	Porto	100%	100%	100%
IBERSOL - Angola, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%	100%
HCI - Imobiliária, S.A.	Luanda - Angola	100%	100%	100%
(d) Ibergourmet Produtos Alimentares (ex-Gravos 2012, S.A.)	Porto	100%	100%	100%
Lusinver Restauracion, S.A.	Vigo - Espanha	100%	100%	100%
The Eat Out Group S.L.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%	100%
Pansfood, S.A.U.	Barcelona - Espanha	100%	100%	100%
Foodstation, S.L.U	Barcelona - Espanha	100%	100%	100%
(c) Dehesa de Santa Maria Franquicias, S.L.	Barcelona - Espanha	50%	50%	50%
(e) Pansfood Italia, S.R.L.	Barcelona - Espanha	-	100%	100%
Empresas controladas conjuntamente				
UQ Consult - Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Porto	50%	50%	50%

(a) Agrupamento Complementar de Empresas que actua como Central de Compras e de Logística e assegura o aprovisionamento dos respectivos restaurantes em matérias-primas e serviços de manutenção.

(b) Union Temporal de Empresas constituída em 2005 e que ao longo do ano funcionou como Central de Compras em Espanha, assegurando o aprovisionamento de matérias-primas dos respectivos restaurantes.

(c) Apesar da empresa-mãe deter 50% dos direitos de voto, existe controlo da subsidiária Dehesa.

(d) Como resultado da Fusão da subsidiária Ibergourmet na Gravos, esta adopta a designação social da subsidiária fundida,

(e) Dissolução da sociedade ocorreu nos primeiros três meses de 2018.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. À entidade conjuntamente controlada UQ Consult foi aplicado o método de equivalência patrimonial em função da percentagem de participação detida pelo grupo.

As percentagens de participação nas sociedades referidas consubstanciam-se em idêntica percentagem de direitos de voto.

4.2. Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

4.2.1. Aquisição de novas sociedades

No período de três meses findo em 31 de Março de 2018 não houve lugar à aquisição de novas sociedades.

4.2.2. Alienações

No período de três meses findo em 31 de Março de 2018 não houve lugar à alienação de novas sociedades.

5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Administração da Ibersol monitoriza o negócio com base na seguinte segmentação:

SEGMENTO	MARCAS					
Restaurantes	Pizza Hut	Pasta Caffè	Pizza Movil	FresCo	Ribs	StaMaria
Counters	KFC	O'Kilo	Miit	Burguer King	Pans &C. ^a	Quiosques
Concessões e Catering	Sol (AS)	Concessões	Catering	Lojas conveniência		Travel

Os resultados por segmento para os períodos de três meses findos em 31 de Março de 2018 e de 2017 são:

	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
31 DE MARÇO 2018					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	25 204 099	47 851 052	26 838 387	392 239	100 285 777
Volume de Negócios	25 204 099	47 851 052	26 838 387	392 239	100 285 777
Royalties	949 216	1 923 777	327 347	-	3 200 340
Rendas e Condomínios	2 745 819	4 958 186	8 478 356	-	16 182 361
CEVC	5 058 269	12 664 421	5 110 358	-	22 833 048
Cash-flow operacional (EBITDA)	3 536 144	6 108 650	1 444 635	-	11 089 429
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	1 541 576	3 488 902	1 081 046	177 310	6 288 833
Resultado operacional (EBIT)	1 994 568	2 619 748	363 589	-177 310	4 800 596
	Restaurantes	Counters	Concessões e Catering	Outros, eliminações e ajustamentos	Total Grupo
31 DE MARÇO 2017					
Cliente Inter-segmento	-	-	-	-	-
Cliente externo	23 496 197	45 331 768	25 384 398	110 698	94 323 060
Volume de Negócios	23 496 197	45 331 768	25 384 398	110 698	94 323 060
Royalties	820 604	1 783 300	318 928	-	2 922 832
Rendas e Condomínios	2 704 070	4 725 506	7 266 872	-	14 696 448
CEVC	4 773 849	11 967 357	4 947 078	-	21 688 285
Cash-flow operacional (EBITDA)	2 787 414	6 347 953	1 330 552	-	10 465 920
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	1 543 439	3 027 044	2 102 989	6 373	6 679 846
Resultado operacional (EBIT)	1 243 975	3 320 908	-772 437	-6 373	3 786 073

31 DE MARÇO 2018	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	53 678 737	44 337 539	98 016 276
Mercadorias	175 202	645 923	821 125
Prestação de Serviços	55 402	1 392 974	1 448 376
Volume de Negócio	53 909 341	46 376 436	100 285 777
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	167 664 772	58 201 122	225 865 894
Goodwill	7 605 482	85 257 304	92 862 786
Impostos diferidos activos	3 784 263	3 380 109	7 164 372
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2 411 447	-	2 411 447
Activos financeiros disponíveis para venda	238 133	-	238 133
Outros activos financeiros	15 475 314	-	15 475 314
Outros activos não correntes	-	6 573 977	6 573 977
Total de activos não correntes	197 179 411	153 412 512	350 591 923
31 DE MARÇO 2017	Portugal (1)	Espanha	Grupo
Restauração	48 332 237	44 229 145	92 561 382
Mercadorias	113 760	329 295	443 055
Prestação de Serviços	56 557	1 262 066	1 318 623
Volume de Negócio	48 502 554	45 820 506	94 323 060
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis	144 652 967	47 833 452	192 486 419
Goodwill	7 605 482	103 551 176	111 156 658
Impostos diferidos activos	2 574 551	5 861 219	8 435 770
Investimentos financeiros - Entidades conjuntamente controladas	2 422 996	-	2 422 996
Activos financeiros disponíveis para venda	456 586	-	456 586
Outros activos financeiros	11 025 900	-	11 025 900
Outros activos não correntes	-	6 500 428	6 500 428
Total de activos não correntes	168 738 482	163 746 275	332 484 757

(1) Angola incluída no segmento de Portugal, pela ainda reduzida dimensão das suas operações.

6. FACTOS NÃO USUAIS E NÃO RECORRENTES E SAZONALIDADE

Nos primeiros três meses do exercício de 2018 não se registaram quaisquer factos não usuais.

A sazonalidade do negócio de restauração é caracterizada por um menor volume de vendas nos dois primeiros trimestres do ano. As vendas dos três primeiros meses do ano são influenciadas pelo calendário da Páscoa bem como pelo ritmo de aberturas ou encerramentos de unidades do grupo. No período que compreende os três primeiros meses do ano, os anos anteriores têm evidenciado que, em perímetro comparável e com uma distribuição razoavelmente uniforme de aberturas e encerramentos, as vendas são cerca de 22% do volume anual.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período de três meses findo em 31 de Março de 2018 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso (1)	Total
01 de Janeiro de 2017						
Custo	11 342 041	220 212 458	117 019 630	22 193 978	1 500 446	372 268 553
Depreciação acumulada	74 637	80 298 255	87 254 431	15 115 597	-	182 742 920
Imparidade Acumulada	-	10 319 953	1 082 628	64 515	-	11 467 096
Valor líquido	11 267 404	129 594 249	28 682 571	7 013 867	1 500 446	178 058 537

31 Dezembro de 2017						
Valor líquido inicial	11 267 404	129 594 249	28 682 571	7 013 867	1 500 446	178 058 537
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Economia Hiperinflacionária (IAS 29) (2)	4 080 348	8 651 564	3 298 994	847 509	128 459	17 006 874
Conversão cambial	-15 473	-39 843	-21 568	-4 851	-184	-81 919
Adições	56 250	19 394 715	9 055 620	2 376 456	1 293 809	32 176 850
Diminuições	-	917 791	61 047	-4 228	159 773	1 134 383
Transferências	-	1 041 722	45 576	7 795	-1 086 883	8 210
Depreciação exercício	63 815	16 988 782	9 279 936	1 559 785	-	27 892 318
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	169 635	-	-	-	169 635
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	15 324 714	140 566 200	31 720 210	8 685 219	1 675 874	197 972 217

31 Dezembro de 2017						
Custo	15 551 381	243 311 373	127 906 062	25 621 216	1 675 874	414 065 908
Depreciação acumulada	226 667	92 908 055	95 172 615	16 877 084	-	205 184 420
Imparidade Acumulada	-	9 837 119	1 013 238	58 914	-	10 909 271
Valor líquido	15 324 714	140 566 200	31 720 210	8 685 219	1 675 874	197 972 217

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamentos	Outros Activos fixos tangíveis	Activos Tangíveis em curso (1)	Total
31 Março de 2018						
Valor líquido inicial	15 324 714	140 566 200	31 720 210	8 685 219	1 675 874	197 972 217
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Economia Hiperinflacionária (IAS 29) (2)	189 649	261 389	63 704	11 615	5 576	531 933
Conversão cambial	-913 744	-2 195 166	-1 090 712	-240 371	-22 037	-4 462 030
Adições	-	2 267 435	712 670	202 121	67 549	3 249 775
Diminuições	-	354	37 259	14 468	11 884	63 965
Transferências	-	375 753	591 695	77 543	-1 044 991	-
Depreciação exercício	5 893	3 361 068	1 833 686	384 769	-	5 585 416
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	14 594 726	137 914 189	30 126 622	8 336 890	670 087	191 642 514

31 Março de 2018						
Custo	14 808 292	243 531 607	127 585 274	25 515 606	670 087	412 110 866
Depreciação acumulada	213 566	95 862 946	96 445 414	17 119 802	-	209 641 728
Imparidade Acumulada	-	9 754 472	1 013 238	58 914	-	10 826 624
Valor líquido	14 594 726	137 914 189	30 126 622	8 336 890	670 087	191 642 514

(1) movimentos dizem, fundamentalmente, respeito à cozinha central em Portugal, cuja (re)abertura ocorreu em 2017, e a um restaurante PH e um KFC, em Março de 2018.

(2) os movimentos decorrentes da aplicação do IAS 29, economia hiperinflacionária, nos ativos fixos tangíveis das subsidiárias em Angola, apresentam-se conforme segue:

Reexpressão de Ativos fixos tangíveis (AFT) 31/12/2017	17 006 874
Reexpressão de AFT no período de 3 meses findo em 31/03/2018:	
Custo	1 118 623
Depreciação acumulada	-586 690
sub-total	<u>531 933</u>
TOTAL	<u><u>17 538 807</u></u>

Em 2017, foi efetuado um investimento de aproximadamente 2,7 milhões euros na cozinha central em Portugal. O restante investimento diz respeito, fundamentalmente, à abertura de 11 unidades

Burguer King, 4 unidade KFC, à abertura da concessão no Aeroporto de Santa Maria (Açores) e de uma concessão no grupo Eat Out.

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Os activos intangíveis e o goodwill decompõem-se como se segue:

	<u>mar/18</u>	<u>dez/17</u>
Goodwill	92 862 786	92 862 786
Activos intangíveis	34 223 383	35 115 966
	<u>127 086 169</u>	<u>127 978 752</u>

Durante o período de três meses findo em 31 de Março de 2018 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis e goodwill, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Goodwill	Marcas	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em curso	Total
01 de Janeiro de 2017						
Custo	94 724 464	22 000 000	37 973 000	14 875 727	693 528	170 266 719
Amortização acumulada	-	183 333	22 597 027	12 252 079	-	35 032 440
Imparidade acumulada	1 861 678	-	3 668 664	41 875	-	5 572 216
Valor líquido	92 862 786	21 816 667	11 707 309	2 581 773	693 528	129 662 064
31 Dezembro de 2017						
Valor líquido inicial	92 862 786	21 816 667	11 707 309	2 581 773	693 528	129 662 064
Economia Hiperinflacionária (IAS 29) (1)	-	-	368 432	-	538 852	907 284
Conversão cambial	-	-	-2 792	-	-2 808	-5 600
Adições	-	-	1 221 296	-	96 547	1 317 843
Diminuições	-	-	-178	22 024	-	21 845
Transferências	-	-	13 664	-	-13 664	-
Amortização do exercício	-	1 100 000	1 916 576	864 416	-	3 880 994
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade Exercício	-	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	92 862 786	20 716 667	11 391 511	1 695 333	1 312 455	127 978 752
31 Dezembro de 2017						
Custo	94 724 464	22 000 000	40 254 584	13 873 100	1 312 455	172 164 604
Amortização acumulada	-	1 283 333	25 197 741	12 135 892	-	38 616 967
Imparidade acumulada	1 861 678	-	3 665 332	41 875	-	5 568 885
Valor líquido	92 862 786	20 716 667	11 391 511	1 695 333	1 312 455	127 978 752
31 Março de 2018						
Valor líquido inicial	92 862 786	20 716 667	11 391 511	1 695 333	1 312 455	127 978 752
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-
Economia Hiperinflacionária (IAS 29) (1)	-	-	13 300	-	30 427	43 727
Conversão cambial	-	-	-142 408	-	-167 664	-310 072
Adições	-	-	102 460	1 341	10 093	113 894
Diminuições	-	-	36 388	-	3 670	40 058
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização do exercício	-	275 000	323 986	101 093	-	700 079
Deprec. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Imparidade exercício	-	-	-	-	-	-
Imparid. pelas variações do perímetro	-	-	-	-	-	-
Reversão de imparidade	-	-	-	-	-	-
Valor líquido final	92 862 786	20 441 667	11 004 489	1 595 581	1 181 641	127 086 169
31 Março de 2018						
Custo	94 724 464	22 000 000	39 948 621	13 852 071	1 181 641	171 706 798
Amortização acumulada	-	1 558 333	25 278 794	12 214 616	-	39 051 745
Imparidade acumulada	1 861 678	-	3 665 332	41 875	-	5 568 885
Valor líquido	92 862 786	20 441 667	11 004 495	1 595 580	1 181 641	127 086 169

(1) os movimentos decorrentes da aplicação do IAS 29, economia hiperinflacionária, nos ativos intangíveis das subsidiárias em Angola, apresentam-se conforme segue:

Reexpressão de Ativos intangíveis (AI) 31/12/2017	907 284
Reexpressão de AI no período de 3 meses findo em 31/03/2018:	
Custo	92 862
Amortização acumulada	-49 135
sub-total	<u>43 727</u>
TOTAL	<u>951 011</u>

A distribuição do Goodwill alocado aos segmentos apresenta-se como segue:

	<u>mar/18</u>	<u>dez/17</u>
Restaurantes	16 635 390	16 635 390
Counters	37 199 991	37 199 991
Concessões e Catering	38 847 684	38 847 684
Outros, eliminações e ajustamentos	179 721	179 721
	<u>92 862 786</u>	<u>92 862 786</u>

9. RESULTADO POR ACÇÃO

Em 31 de Março de 2018 e de 2017, o resultado básico e diluído por acção foi calculado como segue:

	<u>mar/18</u>	<u>mar/17</u>
Lucro atribuível aos detentores do capital	<u>3 477 815</u>	<u>1 997 246</u>
Número médio ponderado das acções ordinárias emitidas (1)	30 000 000	30 000 000
Número médio ponderado de acções próprias	-2 999 938	-2 999 938
	<u>27 000 062</u>	<u>27 000 062</u>
Resultado básico por acção (€ por acção)	<u>0,13</u>	<u>0,07</u>
Resultado diluído por acção (€ por acção)	<u>0,13</u>	<u>0,07</u>
Número acções próprias no final do período	<u>2 999 938</u>	<u>2 999 938</u>

Dado não haver direitos de voto potenciais, o resultado básico por acção é igual ao resultado diluído por acção.

10. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 14 de Maio de 2018 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,10 euros por acção (0,10 euros em 2017), correspondendo a um valor total de 2.700.006 euros para as acções em circulação (2.160.010 euros em 2017), cujo pagamento será efetuado em Junho de 2018.

11. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

O Grupo possui passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias e de outra natureza e outras contingências relacionadas com o seu negócio (relativas a licenciamentos, taxas de

publicidade, higiene e segurança alimentar e colaboradores, sendo a taxa de sucesso da Ibersol nestes processos historicamente elevada). Não se espera que existam passivos significativos decorrentes dos passivos contingentes.

A 31 Março de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, as responsabilidades não registadas pelas empresas incluídas na consolidação são constituídas principalmente por garantias bancárias prestadas por sua conta, conforme segue:

	<u>mar/18</u>	<u>dez/17</u>
Garantias bancárias	37 581 691	25 753 064

12. COMPROMISSOS

A 31 de Março de 2018 não existem compromissos significativos relativos a investimentos contratados não incluídos nestas Demonstrações Financeiras.

13. IMPARIDADES

Os movimentos ocorridos nos três meses findos em 31 de Março de 2018 e durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 na rubrica perdas de imparidade de activos, foram os seguintes:

	<u>mar/18</u>						
	Saldo inicial	Conversão cambial	Anulação	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	Saldo final
Activos Fixos Tangíveis	10 909 271	-	-	-82 647	-	-	10 826 624
Goodwill	1 861 678	-	-	-	-	-	1 861 678
Activos Intangíveis	3 707 206	-	-	-	-	-	3 707 206
Existências	74 981	-	-	-	-	-	74 981
Outros activos correntes	2 159 669	-18 095	-40 421	-	134 200	-	2 235 353
	<u>18 712 805</u>	<u>-18 095</u>	<u>-40 421</u>	<u>-82 647</u>	<u>134 200</u>	<u>-</u>	<u>18 705 842</u>

	<u>dez/17</u>						
	Saldo inicial	Conversão cambial	Anulação	Abates bens c/ imparidade	Imparidade do ano	Reversão imparidade	Saldo final
Activos Fixos Tangíveis	11 467 097	-	-	-727 460	169 635	-	10 909 271
Goodwill	1 861 678	-	-	-	-	-	1 861 678
Activos Intangíveis	3 710 538	-	-	-3 332	-	-	3 707 206
Existências	74 981	-	-	-	-	-	74 981
Outros activos correntes	2 753 877	305	-1 176 843	-	702 271	-119 940	2 159 669
	<u>19 868 171</u>	<u>305</u>	<u>-1 176 843</u>	<u>-730 792</u>	<u>871 905</u>	<u>-119 940</u>	<u>18 712 805</u>

14. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

14.1 Factores de risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores do risco financeiro: risco de mercado (inclui risco cambial, risco do justo valor associado à taxa de juro e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira do Grupo.

A gestão do risco financeiro é conduzida pelo Departamento Financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas

específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamentos em moeda local. Uma vez que o Grupo está essencialmente presente no mercado ibérico, os empréstimos bancários estão maioritariamente denominados em euros e o volume de compras, fora da zona Euro, não assume proporções relevantes.

A principal fonte de exposição do Grupo advém do investimento fora da zona euro da operação que desenvolve em Angola, ainda de pequena dimensão e em fase de perda de peso na atividade do grupo. Os desequilíbrios da economia angolana acarretam uma escassez de moeda estrangeira em Angola, pelo que a desvalorização do Kwanza é um risco a considerar. O financiamento da filial angolana em moeda estrangeira, no montante de 875.000 USD, não apresenta grande exposição em função do reduzido montante. Os restantes financiamentos contraídos pelas filiais angolanas estão denominados na moeda local, a mesma em que são gerados os proveitos. Face às atuais limitações de pagamentos ao exterior, o grupo adotou uma política de monitorização mensal dos saldos credores em moeda estrangeira e a sua cobertura integral com a aquisição de Obrigações do Tesouro da República de Angola, indexadas ao USD.

A taxa de câmbio utilizada nas demonstrações financeiras para conversão de transacções e saldos expressos em Kwanzas, foram respectivamente de:

mar/18

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Março de 2018	Taxa média do 1ºT 2018
 Kwanza de Angola (AOA)	264,410	261,643

dez/17

Taxas de câmbio de referência do Euro (x de moeda estrangeira por 1 Euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2017	Taxa média do ano 2017
 Kwanza de Angola (AOA)	185,391	187,441

ii) Risco de preço

O Grupo não está significativamente exposto ao risco de preço das mercadorias.

iii) Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Com excepção das Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o grupo não tem activos remunerados com juros significativos. Assim sendo, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de investimento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado. No que diz respeito às Obrigações de Tesouro do Estado Angolano, o juro é fixo, pelo que também não existe risco.

O risco principal de taxa de juro do Grupo advém do passivo nomeadamente de empréstimos obtidos de longo prazo. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. Empréstimos emitidos com taxas fixas expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Com o actual nível das taxas de juro, a política do grupo é, em financiamentos de maior maturidade, de proceder à fixação das taxas de juro de pelo menos 50% do montante em dívida.

A dívida remunerada vence juros a taxa variável tendo sido uma parte objecto de fixação de taxa de juro através de um derivado swap taxa de juro. Os contratos swap de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro de uma parte dos empréstimos (papel comercial) de 36 milhões de euros têm subjacentes os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso idênticos às condições dos empréstimos.

Baseado em simulações realizadas a 31 de Março de 2018, uma subida de mais 100 pontos base na taxa de juro, mantendo tudo o resto constante, teria um impacto negativo no resultado líquido do período de 185 mil euros (949 mil euros, em Dezembro 2017).

b) Risco de crédito

A principal actividade do Grupo é realizada com vendas pagas a dinheiro ou cartão de débito ou crédito, pelo que o Grupo não tem concentrações de risco de crédito relevantes. Em relação a clientes o risco está circunscrito aos negócios de Catering e vendas de mercadorias e serviços a franquizados que representam cerca de 5% do volume de negócios consolidado. O Grupo tem políticas que asseguram que as vendas a crédito são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado. O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito a que os clientes têm acesso, não existindo informação sobre o rating atribuído a essas entidades.

As disponibilidades do Grupo incluem, essencialmente depósitos decorrentes do caixa gerado pelas operações e respetivos depósitos nas contas à ordem. Excluídos esses montantes, é reduzido o valor das aplicações financeiras a 31 de Março de 2018, com excepção das já mencionadas OT's da República de Angola no montante de 22 milhões de euros, sujeitas ao risco país.

Os depósitos e outras aplicações financeiras encontram-se dispersos por várias instituições de crédito, não existindo, por conseguinte, concentração destes ativos financeiros.

c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente. Em conformidade com a dinâmica dos negócios subjacentes, a Tesouraria do Grupo tem vindo a efectuar uma gestão flexível do papel comercial e a negociação de linhas de crédito disponíveis a todo o momento.

Para o efeito consideram-se que os empréstimos bancários de curto prazo vencem na data de renovação e que os contratos de papel comercial vencem nas datas de denúncia, apesar de ser usual a sua renovação.

A 31 de Março de 2018, o passivo corrente ascende a 123 milhões de euros, face aos 82 milhões de activo corrente. Este desequilíbrio é, em parte uma característica financeira deste negócio, noutra deve-se a alguns programas de Papel Comercial, com cláusulas de denúncia, em que se considera o reembolso na data de denúncia independentemente dos prazos pelos quais estão contratados. Durante o ano de 2018 prevê-se a manutenção da emissão do Papel Comercial considerado em dívida de curto prazo (23.250.000 euros). No entanto, os fluxos de caixa operacionais previstos e, em caso de necessidade, o papel comercial e as linhas de crédito contratadas, cujos montantes ainda não foram utilizados, são suficientes para liquidar o passivo corrente.

Mesmo com reduzida utilização, o grupo tem contratado um montante significativo de linhas de curto prazo. Em 31 de Março de 2018, a utilização das linhas de curto prazo de apoio à tesouraria era cerca de 0,3%. Os excedentes de disponibilidade e outras aplicações de 50 milhões de euros correspondem a 37% do passivo remunerado.

Na tabela seguinte são apresentados os passivos financeiros (grupos relevantes) considerando os cash-flows contratuais não descontados:

	<u>até Março 2019</u>	<u>de Março de 2019 a 2028</u>
Empréstimos	35 827 120	100 228 048
Outros passivos não correntes	-	171 980
Contas a pagar a fornecedores e acréscimos de custos	55 452 760	685 612
Outros passivos correntes	8 827 864	-
Total	<u>100 107 744</u>	<u>101 085 640</u>

14.2. Risco de capital

a) Rácio de alavancagem financeira

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio (vendas a dinheiro e crédito de fornecedores) e a assegurar a continuidade e expansão.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar no intervalo 35%-70%.

O rácio de alavancagem financeira em 31 de Março de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 foi de 28% e 31%, respectivamente, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	<u>mar/18</u>	<u>dez/17</u>
Empréstimos	136 055 168	141 014 741
Outros activos financeiros	-22 209 244	-22 986 661
Caixa e depósitos bancários	-40 472 095	-34 902 883
Endividamento líquido	<u>73 373 829</u>	<u>83 125 197</u>
Capital próprio	<u>188 623 118</u>	<u>188 620 193</u>
Capital total	<u>261 996 947</u>	<u>271 745 390</u>
Rácio de alavancagem financeira	28%	31%

b) Risco de contratos de franquia

Nos restaurantes em que opera com marcas internacionais, o grupo celebra contratos de franquia de longo prazo: 20 anos no caso da Burguer King e 10 anos no caso da Pizza Hut e KFC, estes renováveis por outros 10 anos por opção do franquiado, desde que cumpridas algumas obrigações.

Tem vindo a ser prática que estes contratos no seu termo sejam renovados. Porém nada obriga os franquiados a fazê-lo, pelo que poderá verificar-se o risco de não renovação.

Nestes contratos é normal contratar-se o pagamento de um "Initial Fee" no início de cada contrato e de um "Renewall Fee" no termo do período inicial, para além de um royalty de operações de marketing sobre as vendas efectuadas.

Periodicamente são negociados contratos de desenvolvimento que garantem o direito de abertura de novos restaurantes.

Neste momento está celebrado um contrato para a implantação de 40 restaurantes KFC no período que medeia entre Maio de 2017 e Maio de 2022.

14.3. Estimativa de justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos (por exemplo derivados negociados publicamente, títulos para negociação e disponíveis para venda) é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de demonstração consolidada da posição financeira. O preço do mercado usado para os activos financeiros do Grupo é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal de contas a receber (deduzido de ajustamentos de imparidade) e a pagar é assumido como aproximado do seu justo valor. O justo valor dos passivos financeiros é estimado atualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

15. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

15.1 Outros activos e passivos correntes

O detalhe dos outros activos e passivos correntes em 31 de Março de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, apresenta-se como segue:

OUTROS ACTIVOS CORRENTES

	<u>mar/18</u>	<u>dez/17</u>
Clientes	8 628 286	7 045 044
Estado e outros entes públicos	2 050 881	1 821 312
Outros devedores	4 206 501	4 797 968
Adiantamentos a fornecedores c/c	217 498	443 940
Adiantamentos a fornecedores imobilizado	600 000	320 781
Acréscimos de proveitos	5 746 514	5 060 103
Custos diferidos	2 391 256	2 494 073
Outros activos correntes	<u>23 840 936</u>	<u>21 983 221</u>
Perdas de imparidade acumuladas	<u>2 235 353</u>	<u>2 159 659</u>
	<u>21 605 583</u>	<u>19 823 562</u>

OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	<u>mar/18</u>	<u>dez/17</u>
Outros credores	8 827 864	9 900 301
Estado e outros entes públicos	7 861 470	7 677 912
Proveitos diferidos	793 977	691 832
Outros passivos correntes	<u>17 483 311</u>	<u>18 270 045</u>

15.2 Outros activos não correntes

O saldo da rubrica outros activos não correntes é maioritariamente constituído por depósitos e cauções constituídos em Espanha, resultantes de contratos de arrendamento.

16. CUSTO DE FINANCIAMENTO LÍQUIDO

A decomposição de Custo de financiamento líquido em 31 de Março de 2018 e 2017 apresenta-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros suportados	844 081	1 120 613
Juros obtidos	-378 706	-240 936
Diferenças de câmbio	-35 397	-10 534
Descontos de pronto pagamento obtidos	-2 698	-2 947
Outros custos e proveitos financeiros	411 683	427 734
	<u>838 963</u>	<u>1 293 930</u>

17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos em 31 de Março de 2018 e 2017 são detalhados como segue:

	<u>mar/18</u>	<u>mar/17</u>
Imposto corrente	948 360	399 546
Imposto diferido (Nota 18)	86 354	46 700
	<u>1 034 714</u>	<u>446 246</u>

A taxa efectiva de impostos sobre lucros foi de 23% em 31 de Março de 2018 e 18% em igual período de 2017, conforme segue:

	<u>mar/18</u>	<u>mar/17</u>
Lucros antes de impostos	4 528 354	2 497 510
Imposto s/ rendimento	1 034 714	446 246
Taxa efetiva de imposto	<u>23%</u>	<u>18%</u>

18. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas no grupo são:

- Accionistas

- Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa – 2.100 acções (*)
- Dr. António Alberto Guerra Leal Teixeira – 2.100 acções (*)
- ATPS - SGPS, SA – 16.472.549 acções

(*) os direitos de voto imputáveis à ATPS são igualmente imputáveis a António Carlos Vaz Pinto de Sousa e a António Alberto Guerra Leal Teixeira nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Código dos Valores Mobiliários, em virtude de estes últimos deterem o domínio da referida sociedade, na qual participam indirectamente, em partes iguais, através, respectivamente, das sociedades CALUM - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799486 e DUNBAR - SERVIÇOS E GESTÃO, S.A. com o NIPC 513799257, as quais, em conjunto, detêm a maioria do capital social da ATPS.

- Empreendimento conjunto - UQ Consult, S.A.

No que diz respeito aos saldos e transacções com entidades relacionadas, o valor global dos saldos e transacções do Grupo com o empreendimento conjunto UQ Consult diz essencialmente respeito a serviços de apoio e gestão de sistemas de informação e foi de, respectivamente, 754.331 e 670.054 euros.

- Administradores:

A sociedade accionista ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. presta serviços de administração e gestão do grupo, ao abrigo dum contrato de prestação de serviços com a participada Ibersol, Restauração, S.A.. Entre as obrigações da ATPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. inclui-se a de assegurar que os administradores da sociedade, António Carlos Vaz Pinto de Sousa e António Alberto Guerra Leal Teixeira, exerçam os seus cargos sem que a mesma sociedade tenha de incorrer em qualquer encargo adicional. A sociedade não paga directamente a nenhum dos seus administradores qualquer remuneração.

19. NORMAS IFRS JÁ EMITIDAS OU REVISTAS E DE APLICAÇÃO FUTURA

1. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou.

- a) **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- b) **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- c) **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado. Estima-se que a sua aplicação tenha impactos relevantes, estando o grupo a determinar os respetivos montantes.
- d) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras que incluam uma entidade seguradora. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- e) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

2. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

- a) **Melhorias às normas 2014 – 2016** (a aplicar em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- b) **IAS 40** (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- c) **IFRS 2** (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- d) **IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- e) **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- f) **Melhorias às normas 2015 – 2017** (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.
- g) **IFRS 17** (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Interpretações

- a) **IFRIC 22** (nova), ‘Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está

sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

- b) **IFRIC 23 (nova)**, 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não se estima que a sua aplicação tenha impactos relevantes.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem acontecimentos subsequentes a 31 de Março de 2018 que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras apresentadas

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 04 de Junho de 2018.